

JUIZ - Todos têm procuração nos autos? Então, nós... Vamos começar agora a gravação, e a gente começa a audiência.

Então, boa tarde a todos, meu nome é [ininteligível] Azambuja, juiz auxiliar do ministro André Mendonça, designado como o juiz responsável pela realização desse ato. Antes de começar propriamente a audiência, eu gostaria de registrar os presentes aqui na sala de audiência. Temos aqui comigo o doutor Daniel José Monteiro Monteiro Dias, promotor de justiça representando a Procuradoria-Geral da República, os advogados de defesa, o doutor Daniel Leon Bialski, o doutor Tiago Machado, o doutor André Mendonça Bialski, a doutora Juliana [ininteligível], Doutor [ininteligível] Augusto Nunes, o assessor do ministro-relator André Mendonça, doutor Victor Fernando Gonçalves Cordula e e o depoente, o senhor Daniel Bueno Vorcaro. E aí eu vou falando os seus dados, e eu peço que o senhor me confirme se estão certos ou errados, por favor: CPF [REDACTED], brasileiro, nascido em 6 de outubro de 1983. Está correto?

DEPOENTE - Está correto.

JUIZ - Esse ato foi delegado com base no artigo 21 do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, e eu esclareço que a designação dessa audiência, senhor Daniel, visa preservar sua segurança e o sigilo do depoimento. Tendo em vista as graves alegações de ameaça constantes da petição que requereu a marcação desse ato, que foi protocolado com data de ontem, em mãos no gabinete,

consta dos autos a notícia de que o senhor vem sofrendo algumas ameaças. Por isso, foram adotadas as seguintes providências específicas para garantir tanto o sigilo desse depoimento quanto a sua segurança durante esse depoimento.

A primeira providência: o senhor não foi chamado a comparecer à sede do tribunal, justamente para que o seu deslocamento e a sua presença não fossem percebidos por terceiros. O ato foi trazido até aqui por essa razão.

Segunda providência: essa audiência corre em segredo de justiça. O registro desse depoimento não ficará disponível para consulta pública nem será acessível a quem não esteve formalmente habilitado no processo. Eu quero dizer que a gente vai levar essas mídias direto para o gabinete e entregar em mãos ao ministro. Nessa sala estão presentes as pessoas indispensáveis à realização do ato. Como eu já citei aqui...

DEPOENTE - Só uma pergunta...

JUIZ - Pois não.

DEPOENTE - O vídeo, ele vai ficar disponível ou para outros advogados, Polícia Federal, para...

JUIZ - Esse processo, ele está em sigilo nível 4. Isso significa que só o senhor... só o seu advogado e o relator têm acesso a esse processo. Então, a liberação de acesso a outras pessoas nesse processo, ela pressupõe uma decisão judicial que não foi deferida. Então, enquanto não for proferida uma decisão pelo

ministro liberando o sigilo, o eventual sigilo, essa decisão pode ser ou pode não ser proferida, isso correrá em sigilo, nenhum outro advogado sem procuração dos autos... Todos os advogados com procuração nos autos têm acesso, mas nenhum outro advogado sem procuração nos autos vai ter acesso a esse depoimento aqui.

DEPOENTE - Mas a polícia e a procuradoria vai ter acesso?

JUIZ - Só quem vai ter acesso a esse vídeo vai ser, por enquanto, o gabinete do ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal, a sua defesa e o Doutor Daniel.

ADVOGADO - Que fique registrado que a defesa, que eu acho que eu posso falar em nome de todos os advogados, a gente não quer ter acesso a esse vídeo justamente porque, se acontecer algum tipo de fornecimento de imagem em algum lugar, que se possa atribuir aos advogados. Então, a defesa não quer ter acesso, que fique guardado em sigilo no gabinete do ministro.

JUIZ - Tá. Eu vou registrar esse requerimento, então, em ata, para que isso seja permanecido em um HD off-line, e vou submeter esse requerimento à apreciação do ministro, porque a minha delegação não me permite proferir atos decisórios no processo. Então, eu vou pedir para o doutor Vitor registrar esse requerimento em ata, e a gente vai transmitir isso ao ministro. Enquanto esse requerimento não for apreciado ao ministro, esse vídeo não será colocado em nenhum sistema processual, em nenhum... na internet, vai ficar completamente off-

line, só com acesso às pessoas que participaram desse ato. Não vão ter acesso ao vídeo, mas vão saber o que aconteceu aqui nessa reunião. E o vídeo, só vai ter acesso o ministro André Mendonça, até ele proferir a decisão do requerimento que o seu advogado acabou de... de requerer. Está certo?

DEPOENTE - Tá.

JUIZ - Então, continuando... A terceira...

MINISTÉRIO PÚBLICO - Só pela ordem, doutor, pra ficar o questionamento. A PGR está representada por mim neste ato, naturalmente eu vou ter conhecimento do ato e, por dever de ofício, a comunicação do ato em si - o doutor João esclareceu que não vai ter acesso ao vídeo sem decisão do ministro -, mas, conseqüentemente, a delegação em si me faz comunicar desse ato ao Procurador-Geral da República, obviamente, e o doutor Daniel falou, não vou ter acesso imediato a essa mídia, é um ato que está acontecendo em um momento real, mas que, posteriormente, pode ser que o PGR venha requerer e o ministro vai decidir. Então, eu digo isso só para garantir a liberdade do senhor desse conhecimento, e a gente garante a boa-fé do ato. Não sei qual é o teor exatamente que o senhor quer reportar, mas para que a PGR também terá acesso, não todos, [ininteligível] compartimentação, mas que o PGR, como está aqui representado por mim, provavelmente ele terá interesse em conhecer o conteúdo se tiver alguma medida a

ser adotada por parte da Procuradoria. Claro que delimitado ao interesse e o papel do Ministério Público. Obrigado, Excelência.

JUIZ - Pois não, a terceira providência, senhor Daniel, é que nessa sala estão apenas as pessoas indispensáveis à realização do ato, que a gente acabou de nomear, pegar o documento e qualificar no termo de ato. E todas as pessoas aqui presentes já ficam, desde já, advertidas, do dever de sigilo sobre o que for discutido nessa audiência, sob pena das sanções penais, civis e disciplinares cabíveis. Está proibida a gravação desse ato, ou transmissão paralela desse ato, que não esteja sendo feita pelo gabinete do ministro André Mendonça nas duas câmeras que já estão gravando. Tá certo? Acerta alguma dúvida sobre essas advertências iniciais, algum requerimento adicional?

ADVOGADO - Só para consignar, Excelência...

JUIZ - Pois não.

ADVOGADO - Os advogados nem celular tem, porque a gente é obrigado a deixar lá [ininteligível].

JUIZ - Mas eu faço essas advertências por cautela antes por necessidade de gravação.

Senhor Daniel, eu preciso, antes de começar também, lembrar ao senhor que o senhor tem direito ao atendimento prévio, reservado e confidencial do seu advogado. O senhor teve essa entrevista antes dessa audiência?

DEPOENTE - Sim.

JUIZ - O senhor conversou com o seu advogado, houve essa conversa de forma suficiente? Ok.

O senhor também tem resguardado o direito ao silêncio e o direito a não autoincriminação. O senhor entende esse direito?

DEPOENTE - Sim.

JUIZ - O senhor está aqui prestando declaração por livre e espontânea vontade?

DEPOENTE - Sim.

JUIZ - Então, antes de iniciar as perguntas, é preciso registrar que essa audiência tem como objetivo a garantia dos seus direitos fundamentais como pessoa presa. Não se trata de ato de interrogatório ou ato destinado à instrução processual. O escopo dessa audiência limita-se à colheita de elementos relacionados à petição formulada pelo seu advogado, o qual relata a intimidações que o senhor estaria sofrendo desde a decretação de sua prisão.

Farei a leitura na íntegra da petição encaminhada por seu advogado, para fins de registro e do seu conhecimento. A petição foi protocolada na data de ontem, tem a numeração 16.653 no Supremo Tribunal Federal, inicia com o endereçamento e sua qualificação e começa:

Eminente Ministro-Relator, objetivamente, expõe-se que, após o Vossa Excelência ter permitido a visitação ampliada, o infra-assinado começara a ouvir sobre todos os fatos apurados, seus detalhes e personagens.

Dentro desse panorama, o suplicante - o senhor - narrou uma série de intimidações que sofrera desde o nascedouro dessa operação até os dias de hoje, mesmo estando preso preventivamente. Ressalta-se que, ao ser indagado pelo infra-assinado, pelo seu advogado, no que consistiriam esses episódios, esse se manteve silente e disse que somente o descreveria à presença de Vossa Excelência, o ministro André Mendonça, ou juiz instrutor ou auxiliar a ser designado, pois externou estar extremamente temeroso em revelar certos fatos, por sua segurança e dos seus familiares.

Data a máxima venia, diante do cenário emergente e cumprindo o sentimento do suplicante, requer-se de forma extraordinária a marcação da oitiva do senhor, postulando que aconteça presencialmente perante Vossa Excelência, para que possa detalhar e individualizar as ameaças e intimidações que sofrera, conclamando tal providência mediante a designação do juiz-instrutor, para a realização do ato, nos termos do artigo 21 e 21-A do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal.

E aí tem os pedidos finais de sigilo e demais elementos formais da petição. O senhor compreende essa petição? O senhor conseguiu entender? Tem alguma dúvida?

DEPOENTE - Eu compreendo. Meu único ponto é que eu tinha solicitado falar diretamente com Sua Excelência o Ministro.

JUIZ - Com o Ministro André.

DEPOENTE - De toda forma, entendi as questões de segurança, mas, dada a relevância dos fatos, o meu interesse era falar diretamente com ele e sem prejuízo para a gente conversar em outra oportunidade, para poder relatar mais fatos a ele.

JUIZ - Tá certo. Como eu falei, a realização desse ato, da forma como ele está sendo realizado, ele visa justamente preservar a sua segurança e o seu sigilo. Um depoimento diretamente para o ministro seria muito mais difícil de preservar porque implicaria o seu deslocamento, implicaria em todo um aparato de segurança na sede do tribunal, o que seria muito difícil manter o sigilo como nós estamos mantendo essa cadeia de custódia das mídias diretamente com o ministro.

Mas, vamos então continuar aqui o nosso roteiro de audiência. A partir desses fatos, se o senhor se sentir confortável de falar, o senhor fica à vontade. Se o senhor quiser ficar em silêncio, como eu disse, o senhor tem o direito constitucional de permanecer em silêncio. Se o senhor precisar se consultar com o

seu advogado durante qualquer pergunta, o senhor pode também se consultar com o seu advogado. Enfim, fique à vontade.

Então, aportou no gabinete do ministro essa petição que eu acabei de ler e que o senhor gostaria de prestar esse depoimento com urgência.

Os fatos nessa petição são verdadeiros? O fato que o senhor narrou para o seu advogado, estar sofrendo audiência, estar sofrendo ameaças e gostaria que fosse designada uma audiência para relatar essas ameaças?

DEPOENTE - Sim, isso é verdade.

JUIZ - O senhor poderia me relatar quais foram essas intimidações que o senhor recebeu, de que forma o senhor recebeu, como foi esse direcionamento?

DEPOENTE - Quanto tempo nós temos aqui?

JUIZ - O tempo que o senhor precisar.

DEPOENTE - Porque são fatos relevantes, e eu gostaria de ter um tempinho para explicar com um pouco mais de detalhe, porque são... além de ser temas relevantes, eles se referem a pessoas muito relevantes. Eu não quero dar respostas levianas e [ininteligível] falar um pouquinho de como que a gente chegou até aqui. Porque, de fato, eu não sei se o senhor tem perguntas, mas eu já posso mencionar sobre os fatos.

JUIZ - O senhor pode falar, ficar à vontade.

DEPOENTE - Desde que eu fui preso... Na verdade, a minha prisão, no meu entendimento, ela já foi uma intimidação para que eu não externasse os fatos que eu desejava falar desde o começo dessa operação. A Operação Compliance Zero, ela começou no dia 17 de novembro, quando fui preso, foi liquidado o Banco Master.

Depois, eu fui para minha casa e fiquei na minha casa. Por questões que eu vou contar daqui a pouco, eu tomei a iniciativa e o entendimento e o interesse de que expor a verdade, dada a relevância para a própria nação e dado tudo que a minha família estava sofrendo, eu expor a verdade seria algo que me traria a liberdade efetiva, não somente física, mas de espírito e moral. Então eu tive interesse em colaborar com as investigações antes mesmo de qualquer outro ato.

Eu procurei autoridades, procurei o Ministério Público e a Polícia Federal. E houve, inclusive, com a PGR uma excelente tratativa desde o início, uma predisposição a escutar, a entender qual era a verdade. Mas com a Polícia Federal nunca houve, ou não parecia haver.

Desde o começo, desde esse momento, eu tinha fortes preocupações de como endereçar os temas, porque eram temas que se relacionavam com pessoas extremamente relevantes dentro do país. Eu temia não só pela minha segurança, como pela efetividade de qualquer colaboração que eu viesse a fazer.

Eu senti um conforto grande nas tratativas ali com a PGR nesse primeiro momento. Mas, o que acontece? Desde o começo, quando eu assino o termo de confidencialidade, foi no dia 3 de março, a polícia logo em seguida, ela já tinha... já sabia de todos os atos que deveriam ser feitos, a polícia, ela emite a minha prisão no dia seguinte. E, a partir daí, durante toda a minha prisão, eu sofri retaliações, ameaças, intimidações para que eu não colaborasse.

Então eu pedi a essa audiência porque o que foi colocado, toda a narrativa que veio sendo feita é que eu não colaborei com as investigações porque eu não relatei fatos importantes, quando, na verdade, é justamente o oposto. Eu venho sofrendo retaliações para que eu não colabore com a Justiça desde o início. E a minha prisão é o primeiro fato efetivo que comprova isso.

Tanto que - os senhores conhecem muito mais do que eu -, no ambiente de colaboração, sempre é um ambiente que existe o interesse de escutar, de poder entender os fatos, para ver se existe efetivamente alguma contribuição a ser dada. A minha prisão no dia subsequente à assinatura já é algo que é completamente fora do padrão. E depois eu tive prisão de familiares, prisão do meu pai, prisão do meu primo, exposição da minha vida privada de uma maneira que eu acho que jamais foi vista, com a destruição do meu núcleo familiar, dos meus filhos, de pessoas próximas, todas as pessoas próximas a mim foram não somente intimidadas, como foram expostas, elas foram destruídas, houve uma destruição. Toda essa destruição,

infelizmente, ela é uma cortina de fumaça para que os verdadeiros fatos do caso não venham à tona. Expor conversas com a minha noiva, expor conversas pessoais, expor questões de foro privado, íntimo, desde o começo foi efetivamente feito para que não se concluísse ou se não alcançasse uma efetiva colaboração de minha parte. Então...

JUÍZA - Antes do senhor continuar, eu só fiquei com uma dúvida.

O senhor falou que sofreu durante esse período, principalmente depois da assinatura... dessa primeira assinatura e dessa primeira prisão no dia seguinte, diversas, abre aspas aqui, "intimidações e retaliações". O senhor poderia detalhar quais seriam intimidações?

DEPOENTE - Sim, eu vou comentar tudo o que aconteceu desde a minha prisão, vou falar de maneira breve, e depois eu vou voltar um pouquinho no tempo para explicar os motivos dessas intimidações no meu entendimento e aí detalhar um pouco mais o que efetivamente aconteceu. Então, quando eu fui preso, desde o começo, com toda a exposição que o caso... já existia dentro do caso. Depois da minha segunda prisão, a exposição se tornou ainda maior. Desde o começo, as equipes, todos os transportes das diversas unidades prisionais que eu me encontrei, eu sofri ameaças, intimidações e temi pela minha vida. Eu acho que eu morri umas cinco vezes.

E aqui, eu acho que, se eu tiver a oportunidade de falar cada vez mais dos senhores que têm interesse no caso, de poder me conhecer e conhecer de

verdade, e não um personagem, uma narrativa que foi colocada na mídia... Eu não sou uma pessoa com mania de perseguição, não sou uma pessoa que tem qualquer tipo de problema de poder exagerar qualquer coisa, mas eu temi pela minha vida, temi de verdade. Por quê?

Nos transportes, desde a primeira vez, não somente com questões físicas, de torturas, de me deixarem em um caixote por seis horas, sem ar, suando, um transporte para pegar um transporte aéreo. E aí, quando eu abro a porta, eu já recebo uma fala: "Isso que dá, você vai querer falar disso do chefe? Vai acontecer isso." Isso em um transporte, quando eu saí de São Paulo, que ia vir para Brasília.

JUIZ - Você lembra o dia que foi isso?

DEPOENTE - Não me lembro. Não só não lembro o dia, como não tenho a menor condição de nem mesmo contar às pessoas, porque eu fui... - não sei se vocês viram - eu fui transportado por pessoas que eu só via os olhos. Eu fiquei por algum tempo...

JUIZ - Uma dessas pessoas que estava te conduzindo fez essa fala, de que o senhor estaria sofrendo esse desconforto térmico ali nesse lugar, durante esse período de tempo, porque o senhor teria... Qual foi a expressão que o senhor usou?

DEPOENTE - "Vai querer falar do chefe?"

JUIZ - "Falar do chefe". Tá.

O senhor estava sendo escoltado por quem nesse momento?

DEPOENTE - Esse transporte específico era da Polícia Penal Estadual, mas, quando eu abri, quem estava me recepcionando era a Polícia Federal. Essa recepção na abertura no aeroporto, era a Polícia Federal. Depois disso, eu fui...

JUIZ - Só para a gente delimitar no tempo aqui, o senhor então está falando desse primeiro momento da prisão, quando o senhor estava em São Paulo, vindo para Brasília? A primeira... A vinda do senhor para Brasília.

DEPOENTE - Isso. Eu vou me ater aqui ao tema e às questões que eu sofri especificamente de pessoas da Polícia Federal, que é sobre quem eu gostaria de falar. Porque eu sofri também intimidações e questões físicas nos presídios estaduais, mas isso é um outro fórum. Porque é um fórum, talvez, de direitos humanos depois, porque eu também sofri, mas não era a pessoa da Polícia Federal.

Da Polícia Federal aconteceu isso.

JUIZ - Só para a gente definir o escopo aqui, senhor Daniel, o escopo dessa audiência é o relato da petição, que relata, de maneira genérica, intimidações que o senhor estaria sofrendo, ameaças para - e aí a petição sugere -, para fazer ou deixar de fazer alguma coisa, eventualmente isso. Então a gente está aqui, como o senhor falou, adstrito a esse tema dessas, realmente, ameaças.

DEPOENTE - É porque eu preciso passar o contexto.

JUIZ - Sim, com certeza.

DEPOENTE - Eu já adentrei no tema, mas eu preciso passar o contexto de toda essa situação, por que que eu acho que eu sofri essas ameaças. Eu não queria simplesmente falar justamente [ininteligível].

JUIZ - Essa seria até uma das minhas perguntas posteriores, por que que o senhor acha que ele sofreu.

DEPOENTE - E eu, inclusive, vou detalhar mais, por isso que eu estou falando um pouco mais... de maneira mais breve isso. Ao final eu quero detalhar efetivamente e nominar o que aconteceu. Mas o contexto, eu acho que inicialmente, para entenderem quais foram as intimidações, eu preferia relatar de modo breve. Eu participei desse... Depois eu dou um pouco mais de detalhe.

Então, nesse transporte, eu sofri essa questão física. Durante os transportes ou os intervalos ali em aeroporto e transporte aéreo, eu sofri falas: "Tá vendo? Quer mexer com... querer mexer com... querer mexer com os patrões, agora sua vida vai virar um inferno." Nesse momento eu estava me dirigindo à Penitenciária Federal, que, me desculpe, doutor, eu sei que a decisão proferida pelo gabinete era no interesse de me resguardar, resguardar a minha vida, mas o pedido da Polícia Federal não foi para isso. O pedido foi para me deixar calado, trancafiado e isolado, inclusive dos meus advogados. Eu fiquei quase dez dias sem conseguir ter acesso até mesmo a advogados.

Naquele momento ali eu fui colocado numa sela em que a luz não apagava - a luz ficava luz intermitente; não apagava dia e noite, 24 horas -, sem acesso a qualquer pessoa. Não tinha nada nem ninguém de não saber nem por que eu estava ali. Não tive nem mesmo a chance de conversar com qualquer advogado ou saber a decisão por que eu estava fazendo aquele... aquela... tendo aquele transporte, aquele movimento todo e todas aquelas mazelas que eu sofri, que eu vou detalhar mais depois ao final, desde a minha chegada. Porque a... a entrada no Presídio Federal, uma pessoa que nem sabe o que aconteceu, nem sabe por que foi no Presídio Federal.

Eu tive humilhações grandes, grandes, doutor. Quando eu cheguei, primeira coisa: imagina você não saber pra onde está indo, por que está indo. Eu cheguei, todo despido, todo rapado; e a primeira pergunta que me fazem é qual pavilhão que eu quero ficar, se o pavilhão do Comando Vermelho ou do PCC. Qual que eu tinha... Se eu tinha algum problema com um dos dois.

Eu, na hora, mencionei: eu nunca conheci ninguém de qualquer facção, não tenho o menor contato com ninguém. Antes de ter sido preso, nunca nem sabia que existia esse tipo de procedimento ou esse tipo de presídio com essas duas... nesses dois pavilhões.

Então, eu fiquei isolado ali. E ali já eu entendi que eu estava... o que estava acontecendo. Entendi o que eles estavam querendo fazer. Porque não fazia qualquer sentido uma pessoa que há poucos dias atrás estava conversando para

poder colaborar, passar informações expressivas e relevantes para o caso, para a República e, de repente, ser trancafiado em um lugar que eu não poderia ter acesso a ninguém. Nesse momento, depois de duas semanas que eu consegui ter acesso aos advogados, e aí sim os advogados foram até o gabinete, foram até a Procuradoria, e relataram. Até esse momento, o gabinete do Ministro, ninguém tinha ideia de que... se existia um interesse de colaborar.

E, quando foi explicado, foi feito um despacho que eu pedi para a gente poder ir para um local que eu pudesse comunicar com os meus advogados. Foi quando [ininteligível] para a gente poder ser transportado para a unidade da Polícia Federal.

Na Polícia... durante o transporte da Polícia Federal, de novo, eu sofri intimidações. Eu fui colocado no helicóptero, me colocaram aqueles óculos igual o do Maduro, naquele transporte que o Maduro fez da Venezuela pros Estados Unidos, com dez pessoas. E eu, no helicóptero, eu fui, de certa maneira, estava com uma equipe especializada, que eu nem sei o nome, uma equipe especializada da Polícia, armamento pesado. E ali, a todo momento, eu sofria falas: "Está vendo? Foi fazer merda." Desculpa o termo, mas era pelo eu me lembro. E, de novo, eu vou, dentro do possível aqui, depois, se for de interesse, eu vou falar de maneira breve, mas eu posso me lembrar de mais detalhes. Estava sob forte...

JUIZ - Mas não se preocupe com os termos, quero que o senhor seja o mais fiel possível.

DEPOENTE - "Foi fazer merda, agora vê se faz alguma coisa e fica quieto, não sei o que, e tal, tal, tal." Aí o outro ia e comentava: "É mais fácil, de repente, jogar ele daqui." Estava no helicóptero; isso, no ar. Então, essa foi a outra oportunidade que eu temi ali pela Vila. E foi durante todo o trajeto, durante todo o tempo, eu sofrendo esse tipo de intimidação.

Quando eu chego nas dependências da Polícia Federal, eu estava com muito medo, não sabia o que me aguardava. O que o meu advogado tinha relatado é que eu iria para um local, depois de tudo que eu tinha passado, todas as mazelas físicas, eu ia para um local que era o mesmo que o ex-presidente tinha ficado e que eu teria condições de conversar com os advogados. Mas, para minha surpresa, eu chego lá e fui colocado lá no calabouço que tem lá na Polícia, que é uma cela transitória, que as pessoas ficam horas, uma noite ou duas noites. E ali também sofri algumas intimidações, fui privado de comida, de água, por um dia, e toda hora alguma pessoa passava para falar alguma coisa.

Então, foi um momento, desde o início, de bastante pressão. Você imagina: preso, sem acesso ao advogado, com toda essa exposição da minha família, dos meus filhos. Toda a família é destruída por conta de tudo o que aconteceu. E sofrendo essas intimidações, essas falas.

Quando eu... Aí, passou dois ou três dias, a situação foi resolvida, foi relatada lá no gabinete, na oportunidade, o que estava acontecendo, e acabou... acabaram me transferindo para um local em que eu tinha uma condição mínima de sobrevivência e estrutura.

E aí, durante esse período da colaboração, diversas, por diversas vezes, diversos interlocutores e advogados me passavam mensagens, enquanto eu estava construindo ali a colaboração, de que eu não deveria seguir nesse caminho, de que as pessoas estavam falando que eu deveria ficar quieto porque eu tinha família, que tinha não sei o quê, que iria piorar a situação, "se você continuar nisso, vai piorar a situação". E acabou que aconteceu isso, piorou minha situação. Depois disso, meu pai foi preso, meu primo foi preso, eu tinha mais exposição. Foi criada uma narrativa, que eu vou contar para vocês agora, que não é verdade.

Eu sou uma pessoa... eu sou um empresário perfeito, uma pessoa que não cometeu erros? Não. Eu cometi erros, e é eles que eu estou querendo mencionar, mas não são esses que estão sendo expostos aí na mídia. Não são esses. O personagem criado ali não é a verdade. Não sou eu. E é uma cortina de fumaça para que a verdade não seja exposta. E aqui, acho que o motivo dessa audiência, ele é um motivo, mais do que formal, é um motivo para tentar que se crie um procedimento para que a verdade seja restabelecida ou estabelecida. Eu vou ser bem pragmático e transparente disso, porque todo o interesse em torno desse assunto são

interesses políticos e pessoais, tudo que pautou essa construção de narrativa que foi feita a meu respeito. E eu vou, agora, dar um tempinho para explicar, detrás para frente, agora, do início para cá, por que eu acho que aconteceu todo esse procedimento, toda essa intimidação para que eu não falasse ou que eu não expusesse qual era a realidade dos fatos, desde o início.

Pode ser?

Bom, eu preciso falar um pouquinho sobre a história efetiva do Banco, de como que a gente acabou desenvolvendo relações e relacionamentos e conexões que fizeram com que a gente chegasse à eclosão dessa operação e para que, no meu entendimento, ocasionasse esse movimento de tentar me impedir de externar a realidade.

De novo, quando eu estou falando aqui, eu não estou querendo atacar e nem acusar instituições. A própria Polícia Federal é uma instituição que eu respeito. Pelo contrário, eu acho que é uma instituição todo brasileiro tem orgulho, mas eu acho que tem pessoas lá dentro que estão utilizando da organização para fazer proteções pessoais e para fazer política. Por quê? Porque o envolvimento, no caso do Banco de Brasília acabou afetando pessoas de diversos escalões, inclusive da própria polícia. Então, eu vou voltar agora e começar com uma história que eu acho importante que se entenda por que a gente chegou até aqui.

Pode ser?

Vamos lá. Eu comecei esse projeto do Banco Master há 11 ou 12 anos atrás.

Eu venho de uma história de uma família que não é rica, uma história que eu comecei cedo a trabalhar, com muito suor, muito trabalho. E durante esse tempo eu sempre atuei comprando empresas que estavam em dificuldade, tinham problemas de endividamento e reestruturava esses negócios para que eu pudesse criar um [ininteligível], vender. Esse sempre foi o meu trabalho. E há 12 anos atrás eu iniciei esse trabalho com o banco.

Era um banco que tinha 50 anos de história. Um banco que... um dos poucos sobreviventes do mercado brasileiro com muitos anos de história, porque o mercado brasileiro, ele é um mercado que tem 4 bancos ou 5 bancos que dominam 90% de todo o crédito de todas as operações no Brasil. E essa situação, ela se perdura nos últimos 30 anos. Todos os bancos, pequenos, médios, eles são... ou eles quebram ou eles são adquiridos por, inclusive, bancos internacionais, acabam não ficando no Brasil. Existe um sistema e um modelo em que o cartel de bancos opera de maneira sozinha.

E é por isso que tem... não vem ao caso aqui, mas é por isso que a gente tem um país com 80 milhões de pessoas endividadas, negativadas, com juros exorbitantes. Exorbitantes! Um *spread* bancário maior de qualquer lugar no mundo. Mas eu decidi fazer esse negócio lá atrás porque era uma oportunidade, naquele

momento, era uma mudança estrutural que estava acontecendo no mundo do banco digital, da digitalização do banco, da... dos bancos. E houve uma oportunidade de uma abertura de uma janela de negócios para que se pudesse ter novas instituições. Não sei se vocês lembram, essa janela foi de 2018-19, começou a ter uma explosão de *fintechs* e outras instituições como nunca houve no Brasil anteriormente.

Durante esse período, então, eu acabei fazendo o projeto para poder comprar o banco, entrar no banco e usar o banco de plataforma para todos os negócios que eu já fazia anteriormente.

Desde o começo, eu sofri retaliações absurdas. Eu estou contando esse fato, e vale a pena, não vou lembrar, mas vale a pena contar sobre essa questão, porque o negócio do Banco Massa começa com uma questão de uma guerra econômica e concorrencial e aí, depois, migra para a política, que é o fato efetivo. É importante que vocês entendam o porquê disso, para que a gente chegue na pauta nossa.

Então, eu sofri uma retaliação interna ali no Banco Central muito forte, e isso vai ser exposto nos autos quando eu tiver a oportunidade de falar. E essa retaliação vem um sistema que não quer que tenha esses novos entrantes. Essa é a grande realidade. Esse sistema é um sistema que opera tacitamente no Banco Central há muitos anos. E essa retaliação fez com que eu demorasse quase 3 anos para conseguir efetivamente viabilizar a aprovação para que a gente começasse o trabalho.

E quando a gente consegue isso, a gente começa um trabalho de muito sucesso, do qual eu tenho muito orgulho, porque a gente teve um crescimento absurdo nos últimos anos e conseguimos reestruturar e atingir uma posição de relevância no mercado financeiro contra esses gigantes. Até porque, como tem poucos participantes, com a nossa entrada, a gente acabou tendo a oportunidade de ter acesso a vários tipos de negócio e contribuir efetivamente com produtos para o Brasil, que eram diversificados, diferentes do que se tinha dentro desses grandes bancos. Então foi um trabalho que a gente tem orgulho, foi um trabalho bonito, e que um dia eu quero... eu espero que a realidade dele seja exposta de verdade para todos.

O tanto que a gente contribuiu com empresas, com negócios, com famílias. Na época da pandemia, a gente salvou milhares e milhares de empregos, porque a gente deu crédito para empresas que não poderiam ter acesso por conta desse modelo de cartel que hoje existe. Então a gente fez um modelo em que a gente participava dos negócios junto com o empresário, dando crédito para empresas que tinham dificuldade de acesso, reestruturando essas empresas. Empresas na área de vestuário, na área de saúde, na área de viagens, isso tudo durante a pandemia. A gente conseguiu fazer um trabalho não só de crescimento, mas que ajudou efetivamente o mercado.

Mas esse trabalho veio junto com uma forte pressão regulatória, que passou a ser exercida, com mudança de regra que acabou afetando a nossa

operação. As mudanças de regras, elas foram acontecendo ali a partir de 22, 23 principalmente, na assunção do... na virada de governo, que novas pessoas assumiram, essa janela acabou se fechando, a janela de abertura de mercado para novos *players*. E essa pressão não atingiu somente o Banco Master. Praticamente todas as *fintechs* que se abriram, elas fecharam. Não sei se vocês acompanham o mercado. Uns 4, 5 anos atrás a gente tinha centenas de *fintechs*, hoje não existe mais nenhuma. Foram mudanças regulatórias que foram sendo feitas para concentrar o mercado novamente.

E houveram mudanças regulatórias que afetaram o Banco Master. Houveram mudanças regulatórias que criaram uma pressão do Banco Master. E a todo momento a gente tentou evitar que essas mudanças pudessem acontecer.

Foi quando a gente acabou fazendo uma interação com pessoas relevantes ali do Banco Central, com membros da política, para que a gente pudesse explicar qual era o contexto das mudanças regulatórias, que eram mudanças para prejudicar o mercado, prejudicar o nascimento de novas instituições, não para beneficiar a população. E isso a gente entrou em um embate econômico muito forte contra quem tinha interesse de executar essas mudanças. Mas elas foram ocorrendo, elas foram ocorrendo, foram criando pressões, elas foram criando... elas foram mudando todos os parâmetros iniciais pelos quais o Banco foi... tinha sido fundado, pelo quais o plano de negócios do Banco tinha sido feito.

A partir de então, a gente começa a sofrer diversas pressões, demonstrações de que a gente não poderia mais ficar no mercado. Isso foi crescendo, eu fui tentando me defender. E aqui eu estou falando de maneira bem breve, não vou entrar em detalhes, espero algum dia poder entrar em detalhes em tudo o que aconteceu. Tentei defender, tentei criar modelos ou soluções que pudessem evitar com que a gente saísse do mercado até que, um ano antes da deflagração da Operação Compliance Zero, fui chamado por um concorrente meu que me disse que eu deveria sair do mercado porque ele disse não... não era bem-vindo, não era do grupo seletivo das poucas instituições que iriam sobreviver e que eu deveria me retirar. Naquele momento, inclusive, eu concordei com isso; mas depois ele voltou novamente e disse que os demais tinham entendido que o ideal era... as palavras eram que eu fosse queimado vivo em praça pública, para que se mudem as regras e que não haja a possibilidade, inclusive, de haver o nascimento de outras instituições nos próximos anos, que é o que aconteceu. É impossível que se tenha um novo banco no Brasil nos próximos 15, 20 anos, com as mudanças regulatórias que foram feitas, inclusive com narrativa inversa, narrativa de segurança, narrativa de segurança do mercado. [Ininteligível] os Estados Unidos têm cinco bancos, no Brasil a gente tem pouquíssimos operando e esses quatro ou cinco que detêm 90% do mercado.

Então, eu recebi esse aviso. A partir desse aviso, eu começo a tomar uma série de medidas tentando me proteger, evitar que isso acontecesse. Uma

delas foi a própria fusão e negócio de com o BRB, que eu espero muito ter a oportunidade de falar o que efetivamente aconteceu e o tanto que seria benéfico se houvesse sido feita a fusão e a integração dos dois bancos. Mas eu tomei uma série de medidas tentando evitar que aquela profecia que me tinha sido feita se realizasse.

E nessas medidas, eu tive acertos e tive alguns erros, que é o que eu tenho tentado dizer. Porque eu cedi a pressões, cedi a instruções restrições, cedi... Quando eu digo isso, o relato aqui não é, de novo, não é me colocando de vítima. Eu preciso explicar, em algum momento, porque obviamente eu quero me defender, mas eu quero também dizer aonde eu cometi erros. E essas medidas sempre foram no intuito de me proteger, de proteger a instituição. Eu acabei tendo acesso, conhecendo pessoas relevantes.

Eu fiz eventos do banco, fiz interações, sempre com o intuito de me proteger contra a investida dessas pessoas que, no meu entendimento, são as pessoas que comandam não só a economia, mas também a política do nosso país. E isso, no meu entendimento ali, eu ia conseguir evitar, sobreviver, inclusive, ao final, até mesmo sair do mercado, porque a pressão era tão grande que eu preferiria realmente não ficar mais no mercado, onde o próprio líder diz que eu não era bem-vindo. E essas medidas de defesa que eu fiz, doutor, elas se traduziram em relações e relacionamento com pessoas relevantes, porque eu tinha medo das retaliações que poderiam acontecer.

Na verdade, desde o começo, quando comecei a o banco, eu sofri um procedimento policial lá atrás, foi até exposto isso na mídia também, em 2019, 2020, de um período do banco que eu nem conhecia o banco, que era de 2013, no intuito de me intimidar já logo no início. E essa medida eu consegui, em vias judiciais, trancar, na época, até o inquérito, porque era uma coisa tão bizarra, eu nem conhecia as pessoas na época dos fatos, eu consegui trancar, fazer o tratamento do inquérito, ser excluído do inquérito. Mas, para minha surpresa, esses policiais, depois que eu tranquei, eles abriram o mesmo procedimento em outra cidade, [ininteligível], e depois abriu em outra cidade, isso em 2020, e todos foram sendo trancados.

E, para a surpresa maior, na minha prisão, no dia 17 de novembro, quem estava lá me prendendo? O mesmo agente lá de trás, lá de 2019.

Então, eu entendi ali naquele momento o que existia, e aí fui tomando essas medidas todas, e criando relações, envolvimento, fazendo eventos, tentando propagar não só o trabalho que o banco estava fazendo, mas, ao mesmo tempo, criar relações que pudessem me defender desses ataques que eu estava sofrendo.

Mas todas elas, no final, foram em vão. Eu fui, ao final, no dia 17 de novembro, de uma maneira muito, muito... não... não padronizada, vamos dizer assim, para usar um termo melhor, que eu também não quero adentrar nesse tema, foi feita a operação de um... sobre um tema que já havia sido resolvido - e eu vou

explicar isso, eu quero muito explicar isso, sobre o tema do BRB -, no momento em que eu tinha justamente feito a... o aviso que a gente faria venda da instituição pra terceiros e que eu conseguiria salvar a instituição de tudo que ela estava sofrendo de pressão.

Os fatos que aconteceram no dia ali vão ser revelados, a verdade, ela vai aparecer e vai mostrar que o início dessa operação, ele foi uma perseguição concorrencial e, a partir daí, da minha prisão e da liquidação do banco, acontece o problema, que é quando o meu telefone é revelado, ou seja, tinha [ininteligível] no telefone de várias personalidades da República, com toda a divulgação. No meu entendimento, houveram - é isso que eu quero anotar -, desde então, uma série de manobras para que o caso fosse direcionado para um lado que não é fato, que são o que aconteceu efetivamente no banco, que são as relações criadas e tudo o que aconteceu para que eu me defendesse dessas medidas que foram feitas contra mim, para que eu não pudesse revelar os erros efetivos que foram cometidos ao longo da nossa... nosso desenvolvimento dessa operação do banco.

Em, aí, doutor, desde que eu vou para minha casa e que eu me predisponho a fazer essa colaboração, eu começo a receber as... recados por pessoas, por advogados, que esse não era o caminho. E, hoje, sendo bem sincero, eu prefiro muito mais, mais do que me libertar - que eu estou preso -, eu prefiro que a verdade seja exposta, eu prefiro que a verdade seja revelada, ainda que dentro da verdade

contenha erros que foram cometidos ao longo desse processo, que erros foram cometidos, mas o meu interesse é que o caso seja direcionado efetivamente para o foco que ele deve ter, e não fosse estar sendo dado, a exemplo, a exemplo da narrativa de violências, de milícias, de coisas que são completamente e vão ser provadas que efetivamente não existiram. Não existiram ameaças, não era o meu perfil, quem me conhece sabe.

Existiu, sim, uma série de medidas de defesa que eu fiz em relações que foram construídas, mas que foram, no final, infrutíferas, porque aqui estou preso e com o banco que foi liquidado.

Então, para não alongar, porque eu quero ter a possibilidade de falar no foro ou no momento oportuno e de modo detalhado - é o que eu tenho tentado, desde o começo -, o objetivo é que, ao final, eu gostaria de tratar com o ministro é que o caso está sendo manipulado e direcionado para outras... outro viés, outro forno, pura e exclusivamente para que seja feita a proteção de pessoas que estão envolvidas no caso e para que seja feita uma narrativa sobre mim, sobre minha família que desvia o foco das reais... da real situação e dos reais fatos que aconteceram no caso como um todo.

Então, desde esse começo, e aí voltando à minha fala inicial, desde que eu fui preso, eu já sabia que existia essa questão econômica, existiu a minha predisposição em falar, eu procurei as autoridades para poder falar, colaborar, trazer

a verdade, porque eu via que estava sendo deturpado os fatos. E, ainda que houvessem erros, eu tinha esse interesse de expor a realidade, mas eu estou sendo impedido de fazer isso desde o começo, e estou sendo ameaçado, eu estou sendo intimidado, eu temo hoje pela minha vida, eu temo pela minha família, e não estou vendo nenhuma chance de que a verdade seja estabelecida a não ser que sente-se todo mundo e haja efetivamente o interesse de ouvir, e não por pessoas que, no meu entendimento, estão querendo que não seja feito, não seja passado, não seja falada a verdade.

Começou, como eu disse, em perseguição econômica. Depois passou pra proteção pessoal e perseguição política. Essa é a realidade. Eu gostaria de externar, em uma oportunidade, com mais detalhes, eu não vou entrar em detalhes aqui, até por receio e até por entendimento, se há o interesse de vocês de entenderem as questões de maneira um pouco mais detalhadas. Mas eu me sinto desconfortável, inclusive, de propor. Entrou o advogado novo, a gente queria construir uma nova colaboração, me sinto desconfortável de propor uma colaboração, em que a gente tem um diretor da Polícia Federal, com quem eu tinha... um diretor-geral com quem eu tinha uma relação, que frequentou eventos, que participou de todo esse crescimento do banco e relação de eventos de participação em que ele esteve presente em diversas outras situações que eu gostaria de narrar, não tem a menor chance disso se viabilizar e dar certo. Eu já sabia que não teria.

Desde o começo, eu falei com todos os advogados, não vai sair essa colaboração, não vai sair assim. E não só não saiu, como eu fui esquartejado. Eu fui... Eu tive minha família toda destruída. Não só não saiu, ninguém quis me escutar, depois de nove meses, como a situação não tem a menor previsão de alguém querer encarar a verdade de maneira efetiva.

Os senhores conhecem bem mais do que modelos de como se faz colaboração. Eu estou pedindo para falar há muito tempo. Estou pedindo para falar há nove meses. É ou não é [ininteligível]? Estou pedindo para falar. Pedi para sentar algumas vezes. E ninguém quer sentar da Polícia Federal.

Então, de novo, quando eu falo isso, eu não acho que exista a polícia, não estou acusando a Polícia Federal. Eu só acho que, pela sensibilidade dos fatos, pelas pessoas que estão envolvidas, pelos interesses políticos, pelas relações do sistema e da política atual que estão envolvidas nesse caso, no modelo tradicional, no modelo atual, as pessoas envolvidas, não vai ser possível fazer a colaboração.

Então, quando eu relatei, de maneira breve e não detalhada para o meu advogado, que acabou de entrar no caso, ele veio e falou: vamos fazer a colaboração, vamos tentar de novo, eu vou sentar lá e vou procurar. Eu falei diversas vezes para ele: não, não adianta, não vamos por esse caminho, ninguém quer me escutar, eu já tentei isso algumas vezes. E precisa da polícia, porque não adianta, porque eles têm o domínio da narrativa na mão, eles criam ali as narrativas, os casos,

e não querem me escutar, não querem ver o outro lado. E aí, gabinete, PGR, como eles vão saber disso, se é a polícia que está à frente do caso?

Então, quando eu disse isso, ele falou: não, vamos fazer uma petição e vamos relatar isso, porque, se existe essa predisposição sua de colaborar, de trazer a verdade, e está havendo esse impedimento do outro lado, vamos tentar restabelecer esses fatos, iluminar, trazer a verdade à tona e à luz, para que se crie o caminho. Isso foi a conversa inclusive ontem, não estava nem esperando que fosse hoje já. Até agradeço por vocês me escutar, porque estou pedindo há algum tempo, agradeço a rapidez em que foi feita.

JUIZ - Deixa eu só aproveitar aqui que o senhor fez um corte no raciocínio, senhor Daniel, e interromper o senhor, justamente nisso que o senhor está falando. O senhor contactou o seu advogado na data de ontem - imagino que essa conversa tenha sido ontem ou antes de ontem - e revelou esses fatos essa ameaças. Agora o senhor está detalhando aqui essa situação da... de que o senhor infere alguma resistência à eventual, enfim, colaboração, algo do tipo. Se o senhor citou isso, eu pergunto, há alguma relação entre as ameaças que são citadas na petição, que são objetos dessa audiência, e esses fatos que o senhor narrou?

O senhor deu um salto que eu preciso só trazer aqui de volta, nessa ideia que o senhor está trazendo de contextualizar e circunstanciar, se o senhor pudesse circunstanciar de que forma o senhor chegou a essa conclusão de que há

relação entre as ameaças que o senhor sofreu e a resistência, ou que o objetivo dessas ameaças seria de alguma forma impedir o senhor ou convencer o senhor a fazer ou deixar de fazer algo?

DEPOENTE - Eu cheguei a essa conclusão porque a minha relação, ao final, nesses últimos dois anos, era uma relação do núcleo de poder atual, incluindo a própria Polícia Federal. O diretor-geral teve...

JUIZ - Que tipo de relação? Quando o senhor fala em relação, que tipo de relação é essa? Uma relação afetiva, de amizade? Uma relação... Como é que é?

DEPOENTE - Nesse caso, era uma relação cordial. Não chegou a ser uma amizade, mas uma relação de estar em eventos conjuntos, de estar em eventos de charuto, juiz, de ter uma tratativa cordial, amistosa, de ir com família em eventos do banco, convites para eventos de Fórmula 1, de outras coisas.

JUIZ - Tá. Então, só para a gente delimitar, porque uma coisa são relações institucionais - um evento, uma palestra. Outra coisa são relações mais afetivas. Por exemplo, um passeio com a família, uma viagem com a família. O senhor está falando que essas relações estão... a natureza está mais, assim, na segunda característica, porque envolvia também situações não só de trabalho, mas situações também de lazer.

DEPOENTE - Na verdade, o institucional que a gente criou lá envolvia esse segundo ponto também, para algumas pessoas. Então, sim, também. Não só institucional, como também... E, para te ser sincero, doutor, sendo bem franco e pragmático, eu não quero ser leviano e... Eu quero detalhar esses temas. Eu fiz uma reflexão grande, inclusive, depois de preso, para saber... Existe um limiar, inclusive, que precisa ser discutido no Brasil, tem coisas que são legais, mas muitas vezes não são morais. Então, houveram, sim, relações, houveram... houve esse contato, que é o que eu acho, que esses fatos que aconteceram no passado recente são os fatos que eu acho que estão... que fizeram que eu recebesse tantos recados e tantas intimidações. E, precisamente, mais do que as intimidações e as ameaças, o fato, o fato de não existir o interesse em escutar a principal pessoa do caso, que talvez seja um dos maiores dos últimos anos do país, de querer escutar informações novas de pessoas que não estão sendo investigadas, de situações que podem ser reveladoras de como aconteceram. Então, esse fato, além de tudo que aconteceu comigo durante a prisão, me fizeram chegar a essa conclusão.

JUIZ - O senhor poderia detalhar melhor quais seriam esses fatos, o que especificamente leva o senhor a crer que essas ameaças, que esses recados que chegaram ao senhor por advogados, por agentes de custódia, têm o objetivo de... Eu sei, o seu ponto de vista fica... Sempre quando a gente está relatando um fato, o relato de quem está falando... Isso até o próprio [ininteligível] explica isso na *Teoria dos*

Sistemas, quando ele fala da comunicação entre os sistemas. Mas o que eu quero dizer é o seguinte, para o senhor é muito fácil o senhor circunstanciar e fazer... chegar a essas conclusões. Eu queria saber mais especificamente por que o senhor chega a essa conclusão de que essas ameaças e esses recados, especificamente, estão relacionados com eventual pretensão de quem quer que seja, de quem está fazendo essas ameaças, para que o senhor evite de fazer alguma colaboração ou evite de fazer algum depoimento. [ininteligível] essa ligação.

DEPOENTE - Pelo meu entendimento, não há possibilidade de eu prestar uma colaboração cujos fatos envolvam as pessoas que estão escutando a corroboração. Simplesmente por isso, somado ao fato de ninguém está querendo me escutar e somado aos recados. Essa tríade aí fez com que eu chegasse a essa conclusão e estivesse desesperançoso, para ser sincero. Já tinha falado "vou ficar largado na prisão, a minha família já acabou mesmo; vou, inclusive, destituir os advogados." Falei para o meu advogado há poucas semanas: Vou tirar os advogados todos. Já estou julgado pela mídia, já estou julgado por pessoas que, infelizmente, pegaram só um lado da história. Não sabem que isso, efetivamente, está acontecendo. Não sabem os motivos pelos quais está sendo direcionado para um lado só. Eu já havia desistido. E aí, de repente, ontem, ou anteontem, com a entrada desse novo patrono, ele quis entender, eu comecei a relatar. Quando começo a relatar o fato efetivo, todo mundo se assusta, que eu não estou contando aqui em detalhes, não é o ambiente. Eu falo

muito e fica difícil, eu sei que é até, inclusive, difícil para vocês entenderem da maneira tão breve, assim. Acho que o objetivo hoje aqui é relatar que, quando eu falo os fatos efetivos, todo mundo se assusta, os advogados se assustam. Falam: mas não é possível que isso não tenha... não tem conseguido falar sobre isso, que isso é uma coisa muito relevante, muda o caso, muda a percepção do que que aconteceu efetivo. Eu já havia desistido. Ele falou: posso tentar, de repente, você falar com outras pessoas e... E falei: Não adianta, não adianta falar com a Polícia Federal, porque eles não vão querer me escutar; eu já estou tentando falar há tanto tempo.

E, de novo, quando eu falo isso, não estou acusando a instituição, não estou acusando... falando que existe... que a Polícia Federal... Não, que é o caso, pelo contrário. Eu acho só que existem, está existindo procedimentos para dificultar [ininteligível].

JUIZ - Essas intimidações, elas foram feitas, que o senhor falou aqui, que elas foram feitas, primeiro, por alguns agentes de custódia, por até ter sido a mesma pessoa, porque o senhor não se lembra porque estava com a máscara, a tal balaclava, e também por advogados. O senhor pode dizer se foi alguma outra forma também, se chegou alguma mensagem, se foi feita por escrita de alguma forma, se há um registro disso em algum lugar?

DEPOENTE - Não, elas sempre foram falas sutis como essas que eu relatei aqui. Não existe nada grandioso. Existiram esses momentos que são, pelo

momento que eu estou passando, foram extremamente intimidatórios, mas ainda assim eu continuei querendo prosseguir.

JUIZ - Essas circunstâncias, para mim, ficaram bem claras quando o senhor falou dos agentes de custódia. O senhor relatou com bastante detalhe o episódio do helicóptero, o senhor relatou com bastante detalhe também o episódio que o senhor ficou no camburão, com aquele desconforto térmico ali antes da viagem. Mas o senhor não falou com tantos detalhes, e que eu queria dar essa oportunidade para o senhor falar dessas outras intimidações que foram feitas por advogado, por empresários, enfim, ou pessoas que chegaram a você que não eram os agentes de custódia.

DEPOENTE - Na verdade, depois de preso, eu tive acesso somente a advogados. E aí não me sinto confortável de expor advogados, porque a culpa não é deles. Na verdade, eles receberam mensagens de terceiros.

JUIZ - E o senhor poderia dizer, sabe dizer quem são esses terceiros?

DEPOENTE - Na verdade, terceiros que relataram que o ideal é que eu não prosseguisse com essa colaboração. E essa situação iria piorar cada vez mais, como aconteceu. E cada vez que acontecia: não está vendo? Piorou.

JUIZ - A minha intenção aqui é só esclarecer o que o senhor está falando. Se em qualquer momento o senhor se sentir pressionado, quiser ficar em

silêncio, é só o senhor me interromper. Então, vamos colocar [ininteligível]. O senhor falou, então, esses terceiros. Terceiros que contactavam os advogados para falar com o senhor, transmitir essas intimidações para o senhor. Então, na sua compreensão, esses terceiros que falavam eram os intimidadores ou eles também estavam repassando o recado?

DEPOENTE - Eles estavam repassando recados.

JUIZ - Então, havia várias camadas até chegar em você.

DEPOENTE - Sim.

JUIZ - E o senhor sabe quem era essa camada, de onde surgia essa intimidação? Porque o intimidador é a pessoa que dá... existe, no homicídio, tem o pistoleiro e tem o mandante. A gente está perguntando o mandante. Quem que mandou intimidar o senhor?

DEPOENTE - Isso eu não... Sendo bem verdadeiro, não foi feito uma palavra: Fulano falou para que isso seja feito. Mas o meu entendimento a todo o tempo era que as intimidações eram perante as pessoas com as quais eu estava fazendo colaboração. Ou seja, eu não deveria fazer porque eu estava ali no meio de colaboração dentro da Polícia Federal, aonde eu tinha informações de não só pessoas do sistema político ligado, mas também a própria...

JUIZ - O senhor sofreu alguma intimidação antes desse procedimento de colaboração? Ou todas começaram depois daquela primeira assinatura?

DEPOENTE - Eu sofri intimidações antes por conta das questões econômicas. E aí é um outro tipo de intimidação.

JUIZ - Não, aí a parte regulatória do Banco Central, isso [ininteligível].

DEPOENTE - As intimidações e ameaças efetivas foram após o meu efetivo interesse de fazer colaboração.

JUIZ - Isso. Porque, só me lembrando aqui e rememorando, esse ato aqui tem a finalidade de garantir a sua segurança. A minha preocupação aqui é a integridade física da pessoa presa. Então eventuais intimidações regulatórias, administrativas, em relação às suas empresas, seus negócios, isso não vem ao caso. Então vamos fazer...

DEPOENTE - Não, foi dentro do ambiente da ação atrás, né, por isso que eu mencionei, mas a intimidação efetiva começa após o interesse para fazer a colaboração.

JUIZ - E aí, quando ela começou, ela permanece de maneira frequente? Qual a frequência isso chegava ao senhor? Como que isso...

DEPOENTE - Era quase que diária, quando eu estava tendo contato, que estava dentro da Polícia Federal. E ela encerra-se quando foi enterrado qualquer possibilidade de fazer uma colaboração.

JUIZ - A próxima pergunta, se o senhor quiser responder, não precisa, mas o senhor falou que chegava por advogados e o senhor não queria nomear esses advogados, porque não partiu deles, tudo bem, mas esses advogados, eles eram seus advogados? Tinha procuração sua?

DEPOENTE - Sim, eram meus advogados.

JUIZ - Só estou lendo aqui, porque o senhor falou muita coisa que eu iria perguntar e não quero repetir.

DEPOENTE - De novo, doutor, sendo bem... para te deixar claro que estou tendo cuidado aqui, indo no limite de falar o que eu penso. Tenho condições de detalhar, esclarecer mais, mas eu, realmente, estou... É um ato de coragem isso aqui, de fazer muito coragem. Tenho dois filhos, uma família que está lá fora sem homens, os homens todos presos. Eu faço, inclusive, um apelo aproveitando que está aqui, um apelo humanitário para o meu pai, que literalmente, não tem a ver com isso, está com um problema de saúde, quase morrendo dentro de uma prisão lá em Minas. Meus filhos sem homens na família, mulheres sem homens. Então, não é uma situação fácil para mim.

Não achem que eu estou aqui: "Eu vou e vou falar". Não é isso. É uma situação muito difícil que eu estou sofrendo desde o começo. A minha vida foi destruída, minha família foi destruída. Essa é a realidade. E aqui é um ato de coragem.

Eu não estou indo no detalhe aqui, porque eu não quero ir no detalhe, mas eu não tenho condição de ir no detalhe. Porque aqui eu estou dando conceitos aqui do que eu sofri. Eu realmente estou com medo, com bastante medo do que aconteceu, do que pode acontecer, porque até agora eu só fui rechaçado, eu não queria. E aí eu recobrei a coragem para tentar entender se existem pessoas que querem saber a verdade, mas ao mesmo tempo eu tenho que primar pela minha segurança. Então, o que existe, doutor, e isso eu garanto, existe uma situação de pessoas com poder, no núcleo do poder, que não querem o que eu fale. E é por isso que foram feitas narrativa e é por isso que eu estou preso. Essa é a realidade.

JUIZ - Tá certo. Eu tenho empatia com a sua coragem de se defender dessas ameaças, e nós estamos aqui em respeito a essa sua coragem. E o senhor falou agora que o senhor tem medo, né? Antes de a gente entrar nessa fala do senhor, uma última pergunta que eu ia fazer na linha do questionamento anterior. O senhor estava falando dessas ameaças que começaram após a sua intenção de colaborar, presume que o objetivo dessas ameaças é evitar eventual colaboração,

conteúdo eventual de colaboração. Mas o senhor não disse quando que elas terminaram. Ou se elas terminaram, se elas acontecem até hoje.

DEPOENTE - Hoje, na realidade, o que acontece é que eu fui... a colaboração foi enterrada. Então, não tem a menor chance...

JUIZ - Então, depois que houve, depois que enterrou a delação, usando a sua expressão, o senhor não sofreu mais nenhuma...

DEPOENTE - Estou aqui largado, aonde todos querem que eu esteja aqui, quieto, sem ter chance de fazer... de falar.

JUIZ - Algum agente de custódia dessa unidade transmitiu alguma intimidação pro senhor?

DEPOENTE - Não.

JUIZ - E agora vamos passar para a fala do senhor. O senhor falou que tem medo pela sua família, medo pelo senhor do que pode acontecer. O senhor pode circunstanciar que medo especificamente, no que consiste esse medo, detalhar um pouco? Se o senhor não quiser, também fique à vontade. A minha ideia, de novo, eu preciso colher o máximo de informações para transmitir pro Ministro.

DEPOENTE - Na verdade, a gente está vivendo, infelizmente, a guerra econômica que aconteceu comigo, que levou a essa operação, ela aconteceu no momento num ambiente político de eleições. Que a gente precisa falar que não existe uma questão política por trás de interesse grande de poder, uma polarização

gigantesca no país. E o meu receio é, hoje, cada vez mais, toda vez que eu tentei me pronunciar, tentei falar, eu recebi esses recados, continuei, doutor, as coisas só pioraram para mim. Só pioraram para mim. Eu espero que um dia a verdade seja dita. Meu pai está preso injustamente. Quando eu falo injustamente, eu não estou querendo atacar ou nem questionar decisões judiciais. Só que elas foram enviesadas. Elas foram... Construíram uma narrativa que não é verdade. Ela não é verdade.

JUIZ - O senhor tomou conhecimento alguma de intimidação à pessoa da sua família ou pessoa próxima ao senhor? Fora essas que foram diretamente do senhor.

DEPOENTE - Minha mãe está sozinha em casa.

JUIZ - O senhor pode circunstanciar como foi isso, por favor?

DEPOENTE - Minha mãe está em casa com a minha irmã, que está sozinha, porque não existe um homem, todos estão presos. Receberam inúmeras ameaças de morte e falaram que eu seria morto. Tem e-mails, inclusive, depois a gente pode entregar e-mails de morte, ameaçando morte.

JUIZ - O senhor pode juntar esses e-mails, doutor?

Sua mãe, ela mora onde?

DEPOENTE - Belo Horizonte.

JUIZ - Ela mora sozinha.

DEPOENTE - Sim. Minha mãe morava com meu pai. A minha irmã morava com o meu cunhado, que também está preso. E os três filhos [ininteligível].

JUIZ - E as duas estão juntas hoje?

DEPOENTE - Hoje a minha família está destruída. Pra te falar a verdade...

JUIZ - Eu só estou querendo entender, senhor Daniel, essas ameaças que o senhor falou da sua mãe são relevantes para a finalidade dessa audiência. Então, eu quero detalhar, se o senhor puder detalhar, como isso aconteceu.

DEPOENTE - Ela recebeu e-mails falando que eu ia morrer, que não sei o quê, que iria acontecer coisas comigo, recebeu ligações...

JUIZ - E quem mandou esses e-mails?

DEPOENTE - Anônimo. Todos anônimos.

JUIZ - Alguém já chegou pessoalmente para falar com ela? Algum advogado?

DEPOENTE - Não.

JUIZ - Um policial?

DEPOENTE - Não. Que eu saiba, não, porque também eles têm tentado me poupar de tudo o que está acontecendo lá fora.

JUIZ - O senhor só precisa falar o que senhor tem conhecimento aqui. E essas intimidações, voltando, vamos dar um passo atrás. Elas partiram de várias relações que o senhor falou anteriormente, que o senhor chamou de relações institucionais, tinha um aspecto institucional, um aspecto também não institucional. Me fala um pouco sobre essa cogitação, explica melhor um pouco essa cogitação que o senhor fez acerca da motivação dessas intimidações. Eu sei o que o senhor falou. Eu não quero que o senhor fale o conteúdo, nem nada disso em termos de aspecto de delação, não é esse o objetivo dessa audiência. Mas como que o senhor chega a essa conclusão? Desculpa repetir essa pergunta, mas como que o senhor chega a essa conclusão de que essas intimidações, o que motivou essas intimidações?

DEPOENTE - Eu chego à conclusão pelo seguinte. Eu que conheço o caso efetivo, talvez seja a única pessoa que conheça tudo, estou vendo o que está acontecendo e estou efetivamente querendo colaborar e trazer a verdade, ainda que com fatos que eu tenha cometido erros. Não existiu abertura de ser escutado, é o primeiro ponto. O segundo ponto é que, para quem eu estava pretendendo relatar, na casa que eu estava inserido ali, preso, existem pessoas que não querem que os fatos que eu tenho para revelar sejam expostos, porque eles envolvem pessoas de um núcleo político, eles envolvem questões da própria instituição. Então, esse é o segundo ponto. O terceiro é por todas as intimidações e ameaças que eu recebi. Esses

três pontos me fizeram entender que não seria possível colaborar, que não seria possível colaborar, tanto é que eu tinha desistido.

JUIZ - O senhor falou que essas relações que o senhor tinha anteriormente à eclosão de todos esses fatos, durante um período ali o senhor tava... falou até da pandemia etc., o senhor falou que essas interações com essas pessoas que o senhor teve, agentes públicos, agentes empresariais, enfim, outros banqueiros também, que o senhor relatou, o senhor falou que... o senhor falou bem claro quando o senhor falou que essas relações geraram ameaça. Eu queria entender o que o senhor quis dizer com isso. Por que o senhor conclui que ter essa relação dessa natureza com essas pessoas, e qual era a natureza propriamente dessa relação e por que isso poderia gerar uma ameaça?

DEPOENTE - Porque, no meu entendimento, houveram relações jurídicas e pessoais com pessoas relevantes do atual governo e de instituições que, caso reveladas, poderiam prejudicar pessoas que estavam do outro lado da mesa.

JUIZ - Entendi. Então o senhor está... Só... Eu não quero inferir nada do que o senhor está dizendo. O senhor, lembrando que o senhor tem o direito a se manter em silêncio, a não se incriminar. A prática de atos ilícitos ou aparentemente ilícitos durante essas relações que leva o senhor a concluir que o objetivo das intimidações seja esconder esses fatos dessas relações.

DEPOENTE - Não só atos que podem conter ilicitudes, mas atos, muitas vezes, que não tem um padrão de moralidade ou que podem criar ou afetar questões políticas atualmente.

JUIZ - Entendi. Então o senhor está se referindo tanto a questões que violam... relações que violariam, de alguma forma, o padrão de moralidade, que não vem ao caso, mas também relações econômicas, financeiras e dessa natureza também.

DEPOENTE - Correto.

JUIZ - Continuando aqui, já estou terminando e aí eu vou passar a palavra, primeiro, ao Ministério Público e depois à defesa. Eu falei da família, já perguntei...

DEPOENTE - Vou precisar só ir, daqui a pouquinho, ir no banheiro rapidamente.

JUIZ - Eu faço um intervalo, deixa eu só concluir. Eu estou na pergunta de 18, faltam menos de 4. O senhor acabou de falar, a próxima pergunta seria se o senhor possuiu alguma relação anterior com o intimidador, como era essa relação, se ela era motivada por algum interesse? O senhor acabou de falar como eram esses encontros e a natureza. Também a motivação.

Estou registrando aqui novamente que a finalidade dessa audiência tem o objetivo de garantir os seus direitos fundamentais e como pessoa

presa. Não se trata de interrogatório ou de ato destinado à instrução processual. O escopo da audiência é colheita de elementos relacionados à petição formulada pelo seu advogado.

O senhor falou que não tem mensagens trocadas além dos e-mails para a sua mãe, que o seu advogado vai juntar nos autos.

Então, existe alguma coisa que o senhor acha relevante sobre esses fatos que a gente conversou aqui sobre a petição do seu advogado - se o senhor quiser perguntar alguma coisa pro seu advogado agora é o momento - que o senhor não falou aqui, mas o senhor acha importante para que o ministro compreenda o contexto de ameaça que o senhor está alegando e, eventualmente, adote alguma providência para garantir a sua segurança?

DEPOENTE - Eu vou conversar com ele, mas vou dar uma resposta antes disso. A maior prova do que eu estou falando é a verdade são os próprios fatos que eu tenho para narrar. Eles são irrefutáveis, porque eu tenho provas, eu tenho fatos que efetivamente aconteceram. O fato de não estar podendo falar tudo o que aconteceu, ele é a maior prova de que existe um sistema que resistiu a minha fala, porque eu havia desistido até o dia de hoje.

Eu estou falando de maneira breve, de novo, com bastante receio, mas não falando aqui de maneira leviana, como eu disse, porque eu tenho dois filhos que estão lá fora, por isso eu peço, inclusive - eu não sei como é o procedimento disso

-, eu gostaria muito que esse vídeo fosse realmente restrito até o fim. Eu não tenho problema, eu tenho coragem para enfrentar a verdade, para enfrentar as coisas, eu só não posso fazer isso sozinho, como eu estou hoje, preso. Então, os fatos que vão se desenrolar desse tema, que vão ser narrados, eles efetivamente, com detalhes, vão comprovar o que eu estou falando aqui.

JUIZ - Doutor, eu encerrei. Vou passar a palavra pro senhor. Deixa só eles terminarem ali.

DEPOENTE - Assim, eu estou... como eu disse, eu estava querendo falar de um modo mais genérico aqui, para não enfrentar os temas. O advogado pontuou aqui, e eu posso, efetivamente [ininteligível], eu vou dar um exemplo de situações que aconteceram, como, por exemplo, o próprio diretor-geral, o Andrei, que viajou para eventos comigo, com namorada, teve ingressos, teve uma relação pretérita a esse caso, especificamente. E aí, depois, os delegados que estão fazendo a colaboração, que estão escutando o que eu tenho para falar, não quiseram escutar, não quiseram fazer. Então, a pedido dele, só para completar, que eu falei de um modo muito genérico, mas o meu receio maior também é sobre isso, e acho que vocês vão de convir comigo o motivo pelo qual eu tenho bastante receio, mas esse exemplo de situações que aconteceram de modo pretérito, anterior à operação, são, também, das causas que me fazem acreditar que as intimidações ou a ausência de interesse em escutar a minha colaboração quando [ininteligível].

JUIZ - O senhor falou um pouco baixo, só para ver se eu entendi, o senhor está se referindo ao Diretor-Geral da Polícia Federal o Doutor Delegado Andrei Rodrigues?

DEPOENTE - Isso, isso.

JUIZ - Está certo. Mais alguma coisa que o senhor queria complementar?

DEPOENTE - Acho que é isso.

JUIZ - Está certo. O senhor falou que os delegados depois, durante a delação, não quiseram ouvir. O senhor quer detalhar como que eles não quiseram, se eles fizeram alguma intimidação nesse momento?

DEPOENTE - Pedi diversas reuniões não foram atendidas, não atenderam os advogados, quando atenderam os advogados, era simplesmente de maneira protocolar, sem a menor interesse [ininteligível].

JUIZ - Eles te transmitiram alguma intimidação pessoal?

DEPOENTE - Não.

JUIZ - Algum delegado virou para você...

DEPOENTE - Lá na...

JUIZ - É.

DEPOENTE - Várias vezes passavam e falavam, como eu te falei. Diversos casos, eu estava ali dentro da casa, diversas vezes eu estava passando...

JUIZ - Durante o seu período de custódia dentro da Sede Polícia Federal.

DEPOENTE - [Ininteligível] comentário.

JUIZ - Então eu estou satisfeito, o senhor não tem nada mais a acrescentar...

DEPOENTE - A diferença das posturas, só pra... a diferença da postura, por exemplo, da PGR, que sentou diversas vezes, queria efetivamente trabalhar, escutar, foi totalmente diferente da postura da Polícia Federal.

JUIZ - Tá bom. Senhor Daniel, eu estou satisfeito, dei oportunidade para o senhor falar mais alguma coisa que o senhor queria. E eu vou passar a palavra agora ao Doutor Daniel, membro do Ministério Público Federal, eventualmente ele pode ter alguma pergunta, renovando o direito que o senhor tem de permanecer em silêncio. Doutor Daniel?

MINISTÉRIO PÚBLICO - Obrigado, Excelência, bom dia a todos, bom dia, senhor Daniel, tudo bem? São pequenas perguntas de ajuste. O senhor mencionou a relação com o senhor Andrei, mencionou também o interesse e a construção de proposta de acordo de colaboração. Essa relação com o senhor, esses eventos de relação que o senhor mencionou com ele, algum fato, ele passa também pelos fatos que o senhor pretendia narrar nessa colaboração?

DEPOENTE - Sim, porque toda a minha colaboração, ela, no que tange a pessoas, são pessoas do núcleo do atual governo, que eu acabei fazendo relação para me proteger dos ataques que eu estava sofrendo. E aí, nesses momentos, teve uns casos que foram cruzadas linhas de moralidade, linhas de ilicitude, que esses eu pretendia relatar. Eu pretendia.... Na minha opinião, os fatos estão tão diferentes da realidade, doutor, que só a verdade hoje vai me libertar. Então, eu quero muito, desde... tem alguns meses que eu quero falar a verdade. Eu não sou perfeito, eu errei, eu errei mesmo, eu quero falar no que eu errei. Porque eu não era a pessoa e nem os fatos que estão sendo relatados ali. E envolve todo esse núcleo. E eu, desde o começo, sempre fui muito resistente, reticente. Fiquei, inclusive, surpreso com a própria PGR, com a atuação que foi proativa de tentar saber, entender a realidade. Mas isso não aconteceu, desde o começo, com a polícia. E isso me incomodou. Somado a essas falas e tudo, no ambiente em que eu estou vivendo, de exposição, de destruição, de prisão da família toda, tudo vira mais exponencial ainda. Às vezes, pequenas falas, elas são mais intimidadoras do que uma situação normal.

MINISTÉRIO PÚBLICO - Excelência se me permite, o senhor Daniel, ele relata essa audiência, na qual ele não se sente confortável diante de uma parcialidade [ininteligível]. E aí eu só queria registrar - e talvez o senhor possa perguntar -, se há algum incômodo por parte dele da presença da PGR neste ato. Se

há alguma coisa [ininteligível], se essa mesma percepção do órgão de persecução policial, se isso de algum modo reveste ou tem esse impacto no Ministério Público.

DEPOENTE - Zero incômodo. Não só isso, apesar de não ter estado pessoalmente, tive uma oportunidade, que foi uma audiência que foi feita no final do ano passado, com os membros da PGR. Tirando isso, não tive contato direto, mas todo o contato que foi feito desde o começo foi no intuito de, efetivamente, saber a verdade, de entender o que estava acontecendo. Mas, no meu entendimento, com muita franqueza, a própria PGR, como o gabinete, como eu, nós estamos sendo levados por membros de uma Polícia Federal que está levando o caso para um lado e usando a mídia, com vazamento seletivo desde o começo, para intimidar todos. E, sinceramente, todos aqui estão sendo intimidados, mesmo que seja indiretamente. Então, não teve nenhum desconforto. Zero desconforto. Eu... E os fatos que aconteceram desde que eu fui preso provam isso. Houve uma resistência de um lado. Eu não estou falando da organização. Acho que existiam pessoas ali dentro que queriam, mas eu vi que elas estavam sendo travadas ao longo do tempo.

MINISTÉRIO PÚBLICO - E, só para finalizar, se algum... principalmente nesse estabelecimento aqui, o senhor está tendo acesso à assistência médica, psicológica, a psiquiatra, todos esses...

DEPOENTE - Aqui, eu fui... Antes daqui, eu fui torturado. Essa é a realidade. Eu fui torturado psicologicamente, fisicamente em outros casos. E, desde

que eu vim para cá, graças a Deus, eu não tive mais nenhum tipo de problema. Estou tendo assistência, sim, nesse local. Hoje, o meu maior problema é que, quando os fatos forem revelados, eles vão se mostrar que não era para eu estar preso. Por mais absurdo que pareça esse caso ou os fatos que foram colocados, não sou uma pessoa violenta, nunca amaciei ninguém. Eu deveria estar na minha casa, protegendo os meus filhos, e tendo a oportunidade de exercer meu direito de defesas e o direito de colaborar e trazer a verdade. Isso, sim, está sendo a minha privação, porque eu quero muito que seja restabelecida se a verdade vier à tona.

MINISTÉRIO PÚBLICO - Sem mais perguntas, Excelência.

Obrigado, senhor Daniel.

JUIZ - Obrigado, doutor Daniel. Doutor Daniel, a defesa tem alguma pergunta?

ADVOGADO - Na verdade, um esclarecimento.

JUIZ - Pois não, doutor.

ADVOGADO - Daniel, acho que não só eu, mas todos aqui foram pegos de surpresa com o que você detalhou um pouquinho o que aconteceu. Eu sei do teu medo, eu sei, vamos dizer assim, do teu receio, principalmente com a tua família que está lá fora, porque você está aqui, de alguma forma, você está aqui protegido, mesmo com a tua liberdade cerceada. E você aqui, você falou algumas coisas, mas vamos prosseguir. Você falou: quero uma oportunidade de falar. Eu vou

começar, primeiro, mirando uma pergunta para o doutor Daniel - 3 Daniels na mesma sala - o Doutor Daniel procurador. Alguma vez você foi intimidado ou ameaçado pela PGR, ou recebeu algum recado relacionado à PGR?

DEPOENTE - Não.

ADVOGADO - Só para deixar isso claro. Agora, você fez menção, você deu um exemplo aí, quando eu falei pra você dar algum exemplo, você deu um exemplo do diretor da Polícia Federal. Se, eventualmente, você tivesse a oportunidade de retomar uma delação, ele seria um dos nomes que você falaria?

DEPOENTE - Ele estaria, sim, dentro do contexto dessa questão do evento de relações que eu acabei desenvolvendo, que eu acabei executando coisas que... para que pudesse me proteger.

ADVOGADO - Então, você acredita que outras delações não andaram porque, efetivamente, em algum momento, você pudesse falar dele, ele exerce alguma [ininteligível].

DEPOENTE - Não só ele, como outras pessoas ligadas a um núcleo político que, hoje, efetivamente, existe um interesse político também. Mas sim.

ADVOGADO - A gente não está no momento certo disso, mas, em relação a ele - a aqui estou falando porque você narrou muita coisa que você sofreu na Polícia Federal - e o teu entendimento, o que eu estou retratando, o teu

entendimento é que as tuas colaborações na Polícia Federal não andam porque vir uma pressão de cima para baixo, correto?

DEPOENTE - Isso eu tenho certeza. Não tenho nem entendimento. Isso eu tenho certeza.

ADVOGADO - E você acha que isso pode estar acontecendo porque, de alguma forma, o diretor ou pessoas ligadas a ele podem estar influenciando isso?

DEPOENTE - Claro. Hoje, o caso, como ele está no Supremo, nas mãos de pessoas... A gente sabe, não conheço bem, os senhores conhecem melhor do que eu, mas eu sei que existe uma independência [ininteligível] das organizações, seja o Ministério Público, seja a Polícia Federal. Nesse caso específico, [ininteligível] que está sendo pressionado de [ininteligível] entendimento não haja colaboração.

ADVOGADO - O senhor deu um exemplo em relação a ele, então vou me ater a ele. Em relação ao diretor, você falou algumas coisas. Ele teria receio que você falasse que aconteceu alguma coisa de ilícita relacionada a ele ou uma pessoa próxima dele, que o senhor viesse a poder contar, que motivasse ele a te manter calado? Então, eu estou tirando isso da sua narrativa.

DEPOENTE - Então, doutor, eu estou sendo transparente. Eu não quero, nesse foro, detalhar as questões, mas, obviamente, se existe um interesse que eu não fale, é porque houveram situações que, dentro do contexto geral, de questões

da moralidade e de questões de ilicitude foram afetadas e que seriam... haveria receio não só por parte dele, mas por parte de alguns membros, que eu acredito, do sistema político atual, que não teve [ininteligível].

ADVOGADO - Entendi. E o senhor tem medo de falar isso ou está disposto a falar isso se for ouvido?

DEPOENTE - Dentro de um ambiente seguro, porque aqui eu estou fazendo algo... acho que todos entendem isso, não é brincadeira. Isso é uma questão muito séria. Então, obviamente, desde o começo estou querendo, só que, cada vez mais que eu tento fazer isso... Espero que esse ato aqui não seja como os outros, espero de verdade, um voto de confiança, para que esse ato não seja como os outros, porque todos os atos que eu forcei, e vou lá, quero falar e vamos sentar, todos os atos que eu fiz isso, em que disse e respondi essa sua pergunta, eles culminavam em situações que pioraram a minha situação, pioraram a situação da minha família e devastaram toda a minha família. Isso é o que aconteceu até hoje. Então, já tinha desistido por isso, já tinha desistido de fazer isso, mas eu sempre tive interesse.

Como eu disse, está tão longe da verdade, eu tenho tanto a contribuir, mesmo com meus erros... Hoje eu prefiro externar meus erros e me libertar, porque eu estou externando porque é a verdade, eu preferiria isso do que simplesmente acabar o caso, sair, eu preferiria isso.

Então, eu sempre quis. E aí é uma questão minha, particular, ideológica, até mesmo espiritual. É uma questão minha isso, só que eu já tinha desistido. Espero que essa renovação que eu estou fazendo aqui, de uma nova tentativa de tentar expor não comine em atos que me prejudicam. Eu tenho muito receio disso, porque até hoje o pagamento que eu recebi por tentar evoluir, tentar externar, foram muito ruins, muito ruins, muito ruins.

ADVOGADO - É, até hoje eu não tinha noção de algumas das coisas que o senhor falou hoje, mas o senhor me falou uma coisa, acho que foi ontem anteontem, não lembro, que, quando estava discutindo lá a questão da liquidação do banco, você teve notícia que alguém foi até o Banco Central e falou assim: "Toma uma atitude, que amanhã ele vai ser preso pela Polícia Federal". Isso, de fato, aconteceu?

DEPOENTE - Na verdade, foi mais do que isso. Eu vinha de um ataque maciço - e eu espero um dia poder revelar isso. E, de uma maneira heroica - não foi só eu -, a gente conseguiu viabilizar uma solução, na época, que era uma solução de trazer investidores muito fortes e representativos, que existem, estão lá, ainda hoje, que podem confirmar o que estava sendo feito, fundos de pensão do Emirados Árabes, [ininteligível], empresas de fundos de extremo posicionamento mundial [ininteligível]. Eu tinha assinado os contratos. Eu aviso que vou que vou viajar para poder concluir os demais contratos. Aliás, esse caso, ele revela toda a

narrativa e depois, inclusive, eu queria ter a oportunidade de falar, porque hoje eu sei por que tudo aconteceu. Porque eu estava com esse sistema ali, que eu achava que tinha construído um sistema para me proteger e, de repente, todo esse sistema se virou contra mim. Mas, nesse dia, quando eu aviso que eu resolvi, que não haveria mais jeito de eu ser queimado vivo em praça pública, como eles tinham denunciado um ano atrás, acaba a minha reunião... E hoje, graças a Deus, a verdade, ela é uma coisa muito interessante, e a mentira também, porque a mentira [ininteligível] e a verdade acaba aparecendo. Então, hoje eu vejo os depoimentos, aquele depoimento que, inclusive eu ia dar hoje aqui, os próprios depoimentos revelam o que eu vou contar agora: acabou minha reunião de vídeo em que eu aviso que eu vendi o banco pro investidor de extrema renome mundial, eu entro com o contrato no sistema e aviso que eu estou viajando para entrar com os outros contratos.

As pessoas do outro o lado, o que elas fazem? Vamos olhar aqui para ver se deu certo, porque vai ser bom para o mercado, é claro, vai ser bom, traz investimento; um investidor vai colocar 2 bi de dólar, outro vai colocar X, vai ser uma mudança? Não! O que eles fazem? Eles fazem uma reunião, uma reunião em que é dito que o banco vai ser liquidado e que vai haver uma operação policial conjunta, isso antes de ser expedida a minha ordem de prisão. Minha ordem de prisão foi expedida às quatro da tarde, faz duas e meia, e hoje está... eu já sabia o que tinha

acontecido, mas hoje está nos autos, em depoimentos que foram feitos por outras pessoas do Banco Central que relataram sobre essa reunião.

Como eu disse no começo, não estou aqui para me vitimizar, não é o meu perfil. Eu cometi vários erros ao longo do processo, mas o que está... o que foi feito, foi feito em uma virada de um sistema que eu achei que estava me protegendo, uma virada contra mim, por razões econômicas, que cominou nessa questão de prisão, por fatores econômicos/políticos, e hoje eu sei os motivos. Acho que, talvez, não seja [ininteligível] expor aqui, mas tem motivos, tem motivações políticas por trás dessa virada contra mim, e de tudo que foi feito depois para me deixar preso e calado no mínimo até passar todos os interesses políticos com o passar do tempo. Então, é por isso que eu estava já... Lutar contra todo o sistema não é fácil, ainda mais [ininteligível] eu havia desistido por isso. Realmente, houve esse caso e houve esse arranjo na data da minha primeira prisão que um dia vai ser revelado, um dia a verdade vai ser revelada.

ADVOGADO - Eu só vou tocar no último assunto, aí depois eu vou ver se os outros advogados têm alguma consideração. Tem um inquérito que foi feito toda a descrição ali, a narrativa, é para taxar o senhor como se o senhor fosse um chefe da máfia, perigoso, que manda bater, que manda matar, que manda fazer um monte de coisa. Em algum momento dessa sua trajetória você mandou bater,

matar, executar, torturar alguém? Assim, isso condiz para todo o seu perfil de vida até hoje?

DEPOENTE - Para todos que me conhecem de verdade, esse assunto seria até cômico se não fosse essa tragédia que eu estou vivendo, porque é literalmente o oposto do que eu sou. Nunca me envolvi no meio do crime, eu nunca tirei uma arma. Eu nunca fiz nada contra ninguém. A polícia pegou no meio... E quando o senhor puder ver isso de verdade, a gente puder mostrar, vai chegar esse momento, você vai entender o que foi feito.

No meio de centenas de milhares de mensagens, eles pegam mensagens que eu mandei esbravejando ali, porque eu até, quando as pessoas me atacam [ininteligível], eu passo por cima de tudo, eu nunca fui uma pessoa que revidei nada. Mas quando atacaram, fizeram coisa com a minha filha, eu esbravejei em momentos ali aleatórios. Em centenas de milhares de mensagens, tem quatro ou cinco mensagens que tiram, que eu esbravejei. Nas próprias mensagens, depois quem tiver o interesse de algum dia ler, alguns leram, os advogados leram tudo para ver -, é estarrecedor, porque, logo depois, eu já falo que "esquece isso aí", não sei o quê, "estava nervoso". É estarrecedor o que foi feito de narrativa comigo, porque eu sou uma pessoa menos violenta que possa haver, eu pessoa que sou chamada para resolver conflitos. A vida inteira eu fui uma pessoa que... tem alguém brigando, eu sou chamado para resolver, eu sou o pacificador, é o oposto do que eu sou. Eu nunca

fiz mal contra qualquer pessoa, tanto é que as próprias pessoas que estão ali, ninguém, antes de todo o feito, ninguém fez representação, falou nada. Eu nunca fiz nada contra ninguém. Aquilo ali é uma deturpação completa da verdade e, na minha opinião, desde lá de trás, o interesse de criar um personagem de violência, de não sei o quê, para ficar preso e calado. E aí foi estendendo isso para a família à medida que eu não respeitei a ordem tácita ou, muitas vezes, não tácita, com as ameaças, de ficar culpado.

Essa é a grande realidade. Não pode estar mais distante da verdade, e essa verdade vai ser revelada. E isso pode ser comprovado por qualquer pessoa, por qualquer pessoa. Aliás, por pessoas que estão no próprio processo, se eu fiz alguma coisa contra elas, ou com os funcionários meus. Esses dias você teve com funcionários meus. Eu sou a pessoa que é o oposto do que foi colocado. O oposto!

Eu cometi erros, eu chamei pessoas para poder me ajudar a levantar informações, isso tudo eu fiz. Eu fiz no ambiente que eu estava sendo atacado. Mas fazer algo contra alguém, eu não fiz contra ninguém. Ninguém, ninguém. Nem mesmo uma ameaça sutil de qualquer coisa. Não tentei contra ninguém. Me irei, assim como qualquer ser humano, mas logo nos próprios documentos está comprovado que isso não existe. É completamente o oposto da realidade.

ADVOGADO - Só, diante do que você falou, eu tenho só mais uma questão para falar a respeito disso. O senhor falou que quer falar, que quer colaborar, que está com coragem para falar, mas você repetiu várias vezes que teme pela sua segurança e da sua família. Hoje em dia, a sua condição, diante de estar tudo bloqueado, tudo mais, você tem condição, por exemplo, de assegurar uma segurança privada para a sua família, você tem como proteger ela de alguma forma, porque, de repente, o que o senhor for falar pode ser algo que envolva pessoas poderosas. O senhor mencionou um aqui, um exemplo aqui de uma pessoa que tem poder, né? Então, se o chegou a medir isso e se tiver num foro protegido e que assegura condições minhas para você e para sua família, você teria essa disposição mesmo de revelar todos esses fatos?

DEPOENTE - Sim, disposição minha existe, como eu disse. Acredito que só a verdade, nesse caso, ela pode me libertar de certa... de modo pleno, completo. A situação não é boa, ela é devastadora. Devastadora. Como eu disse, hoje, pela primeira vez, nesse ambiente, que eu estou seguro, mas minha família não está segura. Minha família não está segura.

E, apesar de, como o senhor citou, está... existe um bloqueio universal, existe uma situação muito difícil, existe também inúmeras pessoas que me deram as costas por conta de tudo aconteceu, mas, graças a Deus, eu tenho pessoas, amigos e pessoas que me ajudam e que podem garantir o ambiente para que eu possa

ter segurança e fazer isso. De novo, sem qualquer... [ininteligível] muita franqueza, isso aqui é um passo que eu estou dando bastante relevante, mas, ao mesmo tempo, a gente tem que, caso exista efetivamente uma chance de mudanças na estrutura, no contexto, para que possibilitem eu falar, obviamente a gente vai construir... vai ser possível construir um cenário que me permita ter a segurança de seguir adiante.

ADVOGADO - Desde que o senhor vem recebendo essas intimidações, alguém próximo ao senhor veio falar: "Olha, me falaram que a Polícia Federal está de olho em mim? Tem que tomar cuidado com a Polícia Federal."

DEPOENTE - Sim, bem lembrado. Eu esqueci de mencionar isso.

Alguns patronos e advogados não pegaram a causa, outros pegaram e largaram, não somente na parte criminal, na parte da liquidação também, porque tiveram informações que a Polícia estava investigando, tava monitorando todos os advogados que iriam fazer parte...

ADVOGADO - E essa é a minha última pergunta. O senhor acha que a Polícia Federal cria essa narrativa de nominar o senhor como uma pessoa muito violenta, pra garantir que o senhor ia ficar aqui, ia ficar preso, ia ficar calado?

DEPOENTE - Isso eu não tenho a menor dúvida. Essa narrativa foi criada para isso. Fugiu completamente do que era o caso. Hoje, ao invés de eu estar discutindo temas de extrema relevância, de eu poder narrar os fatos efetivos do caso do banco, a gente está discutindo se uma mulher falou, foi ameaçada, de um dia

fazer coisas que nunca aconteceram. [Ininteligível] de poder discutir pseudoameaças que poderiam ter acontecido há 3 ou 4 anos atrás. Então, não tenho menor dúvida disso. Isso eu tenho convicção que foi criado isso pra que se desvirtuasse o foco para que eu não pudesse falar.

ADVOGADO - Eu falei que essa é a última pergunta, não lembrei [ininteligível]. O senhor leu pelo menos dois inquéritos que foram instaurados em que o senhor estava pra ser ouvido. Nesses inquéritos - eu estou reportando o que você me disse -, você me disse assim: "Não tem nada nesses inquéritos, eu posso contribuir muito mais." Isso realmente é...

DEPOENTE - Muito mais. É muito mais fatos que não foram colocados. Aliás, esses dois inquéritos, um deles, especificamente, ele é a maior prova de que eu tenho contribuído. Então, não faz qualquer sentido a polícia não querer me escutar.

ADVOGADO - Estou satisfeito, Excelência.

JUIZ - Tá certo. Mais alguém tem alguma pergunta? Tá certo.

Então, pra encerrar o seu depoimento, senhor Daniel, foi realizada a sua oitiva. Essa oitiva foi registrada por meio de sistema de gravação digital audiovisual, como nós falamos. Vai ser mantido o sigilo dessa mídia. Isso será entregue em mãos ao ministro, e ele vai decidir o seu requerimento, o requerimento

do senhor advogado. Agora eu vou franquear a palavra para requerimentos do Ministério Público e da Defesa. Algum requerimento sobre o ato?

Então, sem nenhum requerimento a ser feito, eu profiro o seguinte despacho: Realizada a oitiva do peticionante, com vistas exclusivamente para esclarecimento dos fatos narrados no momento...

ADVOGADO - Posso voltar?

JUIZ - Pois não, doutor.

ADVOGADO - O meu requerimento é até diante do que ele falou.

Se, de alguma forma... E aí eu conto com a colaboração da Procuradoria, que eu fiz aquela pergunta justamente para deixar a Procuradoria absolutamente isenta, porque ele nunca me falou nada da Procuradoria, nunca me falou nada de intimidações. Mas, eu não sei se há alguma forma, e se eu soubesse teria pedido essa audiência, de alguma forma de se possibilitar que ele seja realmente ouvido para falar de todos os fatos que ele tem para falar. Eu sei que teria que ser... não sei como se faria isso, quem poderia ser designado para que, de fato, ele pudesse falar e iniciar uma colaboração aonde isso pudesse prosseguir novamente e, agora, de uma forma mais ampla. Eu sei de toda boa vontade que teve a Procuradoria até antes dele ser preso, mas eu queria, até diante do que ele falou - ele esqueceu de falar, mas eu estou aqui [ininteligível] -, para abrir uma nova possibilidade de ele poder colaborar. É isso, não é?

DEPOENTE - É isso. Vale lembrar - e aqui a gente, em um ambiente de transparência e franqueza -, a própria condição da segunda prisão. A Procuradoria estava analisando, a gente queria começar a discutir a colaboração e a polícia em cima para fazer a prisão. A Procuradoria não conseguiu nem se manifestar na minha prisão - não sei se o senhor lembra ou acompanhou - tanto era o interesse de executar. E creio que o gabinete sem a menor consciência de que estava sendo colaboração [ininteligível], e [ininteligível] ali o pedido da polícia, de urgência: "Tem que prender, porque é violento, ele é não sei o quê." Foi feito um despacho pra minha, já começou assim. Então, houve essa... a maior prova dessa boa vontade foi esse início. Eles estavam analisando ainda e acabou tendo esse contexto da prisão. Obviamente, como eu disse, existe o interesse, mas a gente... acho que esse é um passo, mas tem que se criar condições, a gente vai ter que avaliar e criar condições para que tenha um ambiente de segurança para a gente poder fazer isso.

JUIZ - Eu estou redigindo o requerimento aqui...

DEPOENTE - Eu posso ir dois minutinhos ali no banheiro?

JUIZ - Deixa eu chamar o... O senhor consegue esperar, não vai durar mais 60 segundos? Eu já terminei aqui, que aí facilita.

DEPOENTE - [Ininteligível]

JUIZ - Então, a defesa formulou requerimento para que o depoente seja ouvido acerca de todos os fatos que tem a depor e iniciar eventual

colaboração com condições de segurança para o referido depoimento. Na verdade, eu vou colocar em ata, porque aqui ficam com as minhas palavras. Vamos colocar em ata que foi formulado um requerimento, que houve o depoimento conforme isso, conforme o que está no vídeo. E aí, porque aí eu não preciso transcrever

ADVOGADO - [Ininteligível]

JUIZ - Isso, e aí a gente ajustar. E aí eu profiro o seguinte despacho:

Realizada a oitava do peticionante, com vistas convicções exclusivamente ao esclarecimento dos fatos narrados por meio da petição encartada no Doc 1 da petição 16.653, determino que os autos retornem conclusos ao gabinete do Excelentíssimo Ministro André Mendonça. Nada mais, lido e [ininteligível] conforme, o presente termo vai devidamente assinado por mim, pelo senhor peticionante, pelo advogado, pelo representante da Procuradoria-Geral da República e por todos os demais presentes. Então, está encerrada a audiência. Eu vou encerrar a gravação, se todos estiverem de acordo. A partir de agora, eu vou encerrar a gravação da audiência. A gente vai imprimir a ata de audiência, trazer a ata aqui para todo mundo assinar. Nesse meio tempo, o senhor pode utilizar o banheiro caso o senhor precise. Então, estou encerrando aqui agora a gravação.